

ANÁLISE FINANCEIRA DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO EM NATAL/RN¹

Susan de Lima Silva²

Aluisio Alberto Dantas³

RESUMO

As cooperativas de crédito constituem associações de pessoas, sem fins lucrativos e que visam oferecer créditos e prestar serviços de natureza bancária a seus associados, de forma diferenciada e em condições de mercado favoráveis aos seus cooperados. Com o objetivo de analisar o desempenho econômico e financeiro de uma cooperativa de crédito em funcionamento na cidade de Natal – RN, o estudo analisa indicadores econômicos, financeiros e patrimoniais, com base em registros contábeis e resultados gerenciais que descrevem resultados e permitem a avaliação técnica da organização. A fundamentação teórica e os modelos de análise permitem avaliar o desempenho da cooperativa, a qual confirma que no período de 2006 a 2010 registrou-se evolução de todos os indicadores de desempenho, tais como liquidez, empréstimo, depósitos, patrimônio e sobras. O quadro de sócios cresceu 58,6% no período, com uma taxa média de crescimento anual de 11,72% de novos sócios que a cada ano ingressam na Cooperativa estudada. As sobras *per capita*, que em 2006 foram de R\$ 1.640,88 e cresceram 15,6% até o ano de 2010; o patrimônio *per capita* cresceu 8,9%; a liquidez *per capita* duplicou no período e os empréstimos totais concedidos cresceram 39% no referido período analisado. O estudo conclui que o desempenho econômico e financeiro da cooperativa de crédito é positivo sob a ótica dos sócios e da instituição de crédito.

Palavras-chave: Cooperativismo; Crédito; Análise financeira.

ABSTRACT

Credit unions are associations of people, non-profit aimed at providing loans and provide services related to banking to their members, in different ways and favorable market conditions to their members. In order to analyze the economic and financial performance of a

¹ Trabalho de Conclusão do curso de especialização MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN).

² Administradora de empresa e especialista MBA em Administração Financeira

³ Economista, mestre em economia e professor de economia empresarial do MBA em Administração Financeira.

credit union operating in the city of Natal - RN, the study examines economic, financial and equity, based on accounting records and management results that describe the results and allow the technical evaluation the organization. The theoretical and analytical models to assess the performance of the cooperative, which confirms that the period from 2006 to 2010 there was evolution of all performance indicators, such as liquidity, loans, deposits, assets and surplus. The table of members grew 58.6% in the period, with an average annual growth of 11.72% of new members each year who join the cooperative study. The surplus per capita, which in 2006 was R \$ 1,640.88 and rose 15.6% by the year 2010, the equity per capita grew 8.9%, the liquidity per capita doubled in the period and the total loans granted increased 39% in the period analyzed. The study concludes that the economic and financial performance of the credit union is positive from the perspective of members and the credit institution. Credit unions are associations of persons, non-profit aimed at offering loans and provide services related to banking to its members, in different ways and in favorable market conditions. Aiming to analyze the economic and financial performance of a credit union operating in Natal - RN, the study examines the economic, financial and equity, based on accounting records and management results and provide results that describe the technical evaluation of the organization. The theoretical and analytical models to assess the performance of the cooperative, which confirms.

Keywords: Cooperatives. Credit. Financial analysis.

1. INTRODUÇÃO

Cooperativa de crédito é uma associação de pessoas, que buscam através da ajuda mútua, sem fins lucrativos, uma melhor administração de seus recursos financeiros e tem como objetivo prestar assistência creditícia e a prestação de serviços de natureza bancária a seus associados e com condições mais favoráveis que as instituições financeiras comerciais.

No Brasil as cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras comerciais, conforme consta da Lei 4.595/64. O cooperativismo possui também legislação própria – no caso, a Lei 4.595/64, e seu funcionamento deve ser autorizado e regulado pelo Banco Central do Brasil. A Lei 5.764/71 e a Lei Complementar 130/2009 especificam o sistema cooperativista de crédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Cooperativa de crédito é uma instituição de crédito organizada sob forma de sociedade cooperativa, mantida pelos próprios cooperados, que exercem ao mesmo tempo o papel de donos e usuários. As cooperativas de crédito são eficientes para o fortalecimento da economia, a democratização do crédito e a desconcentração de renda.

O cooperativismo é um movimento mundial, baseado em um ideal, concretizado em princípios. No Brasil, esses princípios estão expressos basicamente na constituição Federal de 1988 e Lei 5.764 de 1.971 e não visam lucros; os direitos e deveres de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido entre os cooperados, de acordo com a respectiva participação nas operações e atividades. Atualmente existem cooperativas dos mais diversos ramos: consumo, crédito, agropecuária, saúde, trabalho, educação e outros; e ao se unirem em centrais e confederações, as cooperativas obtêm ganhos de escala e de complementaridade, o que melhora a viabilidade econômica delas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Observando o melhoramento da viabilidade econômica que as cooperativas apresentam à união de várias categorias para aderirem ao sistema cooperativista, a participação na divisão das sobras, legislação própria e leis específicas para este negócio incitam a formulação da seguinte questão: que fatores contribuem para o crescimento das cooperativas de crédito em Natal/RN?

A resposta ao problema é dada pela pesquisa, que tem por objetivo geral analisar o desempenho econômico e financeiro de uma cooperativa de crédito que atua em Natal/RN. Especificamente, o estudo analisa os indicadores econômicos e patrimoniais de uma cooperativa de crédito; identifica os diversos índices de liquidez e fatores determinantes do mesmo e avalia a evolução econômica e financeira do cooperativismo em Natal. Para tanto, o trabalho identifica a necessidade das categorias de pessoas que cada vez mais se unem em prol de um bem comum e da sua estabilidade financeira. Para isso faz-se necessário analisar o desempenho econômico financeiro de uma cooperativa de crédito; estudar os indicadores econômicos e patrimoniais de uma cooperativa de crédito; identificar os diversos índices de liquidez e fatores determinantes dos mesmos; e avaliar a evolução econômica e financeira do cooperativismo de crédito em Natal/RN.

Vários são os argumentos que justificam o presente estudo, principalmente por encontrar aspectos relacionados ao cooperado, no tocante à segurança financeira, resultados esperados e prestação de serviços, considerando a importância dada pelo cooperado a esse negócio; ressalta-se ainda a evolução financeira das cooperativas e a sua dinâmica e relevante forma de atuação e de forma impactante na economia.

Considera-se que academicamente o estudo é importante, dada a sua contribuição em conhecer a saúde financeira das cooperativas de crédito, já que as mesmas vêm apresentando gradativa expansão e diferenciadas formas de gestão e de atuação; ressalta-se ainda a importância do estudo para os cooperativados e cujos resultados poderão contribuir para outros estudos analíticos.

Por fim, este trabalho tornou-se viável por existir acesso facilitado às informações pertinentes ao estudo e coleta de dados, uma vez que a pesquisa é embasada em dados secundários publicados pelas entidades, principalmente pelo acesso a relatórios financeiros dos anos de 2008, 2009 e 2010; e também o acesso a documentos e bibliografias setoriais, buscando assim descobrir quais os melhores indicadores e melhor índice de liquidez, no sentido de demonstrar a evolução financeira e respectiva rentabilidade da cooperativa de crédito.

O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa aplicada, documental e bibliográfica, a partir do levantamento de dados de natureza descritiva seguida de análise dos mesmos. A pesquisa investiga dados secundários publicados pelas entidades, com base em relatórios financeiros, e analisa a otimização de resultados referente à liquidez e produtos oferecidos pelas cooperativas de créditos. Essa condução metodológica está devidamente fundamentada, conforme descreve o texto seguinte sobre os objetivos teóricos de uma pesquisa:

“Observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos variáveis se manipulá-los... Descobrir com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características”. (CERVO, 1996, P.49)

O presente trabalho está subdividido em capítulos. A fundamentação teórica apresenta o cooperativismo, cooperativas de crédito e Sistema Financeiro Nacional (SFN); em seguida são descritas as características formais de uma cooperativa de crédito, bem como o perfil do cooperado e do empréstimo. O quarto capítulo apresenta os indicadores contábeis e de análise econômica e financeira, principais demonstrações financeiras, índices financeiros, seguido de reflexão teórica desses indicadores financeiros e das análises dos resultados. O quinto capítulo consta das conclusões e considerações finais sobre o respectivo trabalho, com a formulação de recomendações que possam subsidiar a gestão financeira de uma cooperativa de crédito. O estudo é encerrado com a descrição das referências bibliográficas utilizadas no estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo acadêmico apresenta características próprias de conteúdo e formas que o diferencia de outros textos, considerando o rigor metodológico normalmente exigido para que o referido estudo tenha credibilidade científica. Para tanto, o estudo acadêmico é objeto de processo de abstração, principiada pela identificação de elementos reais abstraídos da realidade, os quais, relacionados entre si, permitem a formulação de conceitos e categorias necessárias à regular análise da realidade.

O presente estudo objetiva analisar alguns aspectos financeiros de uma cooperativa de crédito em funcionamento na cidade de Natal – RN. Essa análise está fundamentada em abordagens conceituais e teóricas disponíveis em bibliografias especializadas da área de economia, finanças e orçamento. Com intuito de fundamentar o conteúdo estudado no presente texto, o presente capítulo descreve algumas abordagens bibliográficas de cooperativismo, cooperativa de crédito e do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

2.1. COOPERATIVISMO

No cenário da Revolução Industrial e mediante novas fábricas, os trabalhadores do campo migraram para a cidade. O excesso de mão de obra resultante, fez com que as pessoas tivessem que se submeter a ocupações com jornadas de trabalho de até 16 horas e salários miseráveis, e diante destas condições percebeu-se que era necessária uma forma de resistência à exploração da classe trabalhadora. Surge então o Cooperativismo na Inglaterra. E em 21 de Dezembro de 1844 foi fundada a primeira organização desse tipo. Um grupo de 28 tecelões, um deles mulher, se uniu para comprar em conjunto, itens de primeira necessidade, como alimentos, por exemplo. Chamava-se “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. (<http://www.ascoobcooperar.com.br/cooperativismo.php>)

Tratava-se da primeira cooperativa da história e estava baseada sobre os seguintes princípios:

- Formação de um capital social para emancipação dos trabalhadores, viabilizado pela poupança resultante da compra comum de alimentos;
- Construção ou aquisição de casas para os cooperados;

- Criação de estabelecimentos industriais e agrícolas voltados à produção de bens indispensáveis à classe trabalhadora, de modo direto e a preços módicos, assegurando, concomitantemente, trabalho aos desempregados ou mal-remunerados;
- Educação e campanha contra o alcoolismo;
- Cooperação integral, com a criação gradativa de núcleos de comunidades piloto de produção e distribuição, que seriam multiplicados através da propaganda e do exemplo, visando a fundação de novas cooperativas.

O movimento aparece como uma alternativa à exploração da classe trabalhadora. Enquanto a lógica do capitalismo institui a competição, esse sistema estimulava a cooperação. Cada um dos 28 tecelões entrou no negócio com 1 Libra. Em um ano o capital da organização chegou a 180 Libras. Em uma década, a organização já contava com 1400 associados. (<http://www.ascoobcooperar.com.br/cooperativismo.php>)

Com esse sucesso, a experiência foi difundida, primeiramente na Europa, com a fundação de cooperativas de trabalho na França e de crédito na Alemanha e na Itália, depois para o resto do mundo. Em 1881 já existiam 1000 cooperativas que totalizavam 550 mil associados.

O Cooperativismo é um sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de riquezas, tendo como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno seu desenvolvimento econômico e social.

“O cooperativismo utiliza um método de trabalho conjugado, ao mesmo tempo em que pode ser visto como um sistema econômico peculiar, em que o trabalho comanda ao capital. É que as pessoas que se associam cooperativamente são as donas do capital e proprietárias dos demais meios de produção (terra, máquinas, equipamentos, instalações e outros além de ser a própria força de trabalho. Como essa disposição de se associarem tem o objetivo de realizar um empreendimento que venha a prestar serviços mútuos, é obvio que essa união busque elevações de padrões de qualidade de vidas de seus associados”. (RICCIARDI, 2000, p. 58)

O cooperativismo representa a união entre pessoas voltadas para um mesmo objetivo. Através da cooperação, busca-se satisfazer as necessidades humanas e resolver os problemas comuns. O fim maior é o homem, não o lucro. Uma organização dessa natureza caracteriza-se por ser gerida de forma democrática e participativa, de acordo com aquilo que pretendem seus associados.

Atualmente o modelo é reconhecido legalmente no mundo inteiro como forma de organização. Até a segunda metade do século XX predominaram as cooperativas ligadas à agricultura. A partir de então, com o crescimento das cidades e a emergência de maiores problemas sociais nesse espaço, houve a expansão das organizações de trabalhadores urbanos. Só nos Estados Unidos há mais 150 milhões de pessoas que participam de cooperativas. Isso representa 60% da população. Na Alemanha 80% dos agricultores e 75% dos comerciantes estão organizados dessa forma. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Estados_Unidos)

No Brasil, considera-se o ano de 1847 como o início do movimento no país. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre inaugurou a colônia Teresa Cristina, com inspiração nos ideais humanistas, junto com outros colonos europeus no Paraná. O movimento serviu de referência para as experiências futuras.

Assim foi fundada em Minas Gerais a primeira cooperativa agropecuária. Coube aos trabalhadores da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, localizada em Campinas criar a primeira no setor de Consumo. Mas em 28 de dezembro de 1902, no salão de bailes de Nikolaus Kehl, Linha Imperial, em Nova Petrópolis-RS, um grupo de 19 sócios aprovou o estatuto da *Sparkasse Amstad* (Caixa de Economia e Empréstimos, também conhecida como Caixa Rural), origem da atual SICREDI, sob a orientação do padre jesuíta *Theodor Amstad* dando assim início no Rio Grande do Sul ao cooperativismo no setor de crédito, com a fundação da primeira Cooperativa de Crédito Rural no Brasil e América Latina, hoje denominada SICREDI pioneira/RS. (<http://www.ascoobcooperar.com.br/cooperativismo.php>)

a) Valores do Cooperativismo

Ajuda mútua: é o acionar de um grupo para a solução de problemas comuns.

Esforço próprio: é a motivação, a força de vontade dos membros com o fim de alcançar as metas previstas.

Responsabilidade: Nível de desempenho no cumprimento das atividades para alcançar as metas, com um compromisso moral com os associados.

Democracia: Tomada de decisões coletivas pelos associados no que se refere à gestão da cooperativa.

Igualdade: Todos os associados têm iguais direitos e deveres.

Equidade: Distribuição justa dos excedentes produzidos entre os membros da cooperativa. Isto quer dizer que as sobras são distribuída de acordo com as operações de cada um.

Solidariedade: Apoiar, cooperar na solução de problemas dos associados, da família e da comunidade. Também promove os valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e compromisso com os demais associados.

2.2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As Cooperativas são sociedades de pessoas que não visam a obtenção de resultados para seus associados, no entanto, a avaliação da eficiência das mesmas não pode levar em conta apenas a obtenção de sobras para seus participantes visto que além de donos eles são também clientes desta empresa cooperativa, permitindo que os resultados auferidos possam ser econômicos, sociais, educacionais, agregadores de qualidade de vida, de renda, ou outros conforme os objetivos da mesma. Acima de tudo, as Cooperativas são associações ao serviço de seus membros.

O artigo 3º. da Lei 5.764/71 traz claramente o objetivo essencial da criação de uma Cooperativa, onde “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetividade de lucro.” Isto significa que uma pessoa, para associar-se racionalmente a uma Cooperativa, deve partir da expectativa de que possa alcançar de forma associativa a realização de seus objetivos em nível, no mínimo, igual ao que conseguiria individualmente. Portanto Sousa enfatiza que:

“As Cooperativas de Crédito devem adotar obrigatoriamente, em sua denominação social a expressão “Cooperativa”, vedada a utilização da palavra “Banco”. Devem possuir o número mínimo de 20 (vinte) cooperados e adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços.” (SOUSA, 2006, p.63)

A participação dos associados é o principal fator de eficiência empresarial nas Cooperativas. É em função destes que a Cooperativa existe, caso ela deixe de cumprir seu papel de representante de seus associados ela perde a razão de existir. Esta participação exige

uma educação cooperativa, voltada para a conscientização política e social, para a transparência na gestão e para a organização do quadro social e acima de tudo as sociedades cooperativas devem ser competitivas e atraentes para seus associados. A garantia de que a competitividade seja atingida pressupõe que algumas dificuldades sejam conhecidas e deixadas para trás, sejam elas, a baixa acumulação de capital, o investimento em tecnologia e a competitividade de seus produtos através de ganhos de escala e qualidade. (<http://www.coopervil.com.br/site/cooperativismo.php>)

a) Legislação e normas do cooperativismo de crédito no Brasil

A união das pessoas em seus objetivos econômicos e sociais leva em consideração a importância do cooperativismo que está previsto na constituição federal no artigo 5º- inciso XVIII que estabelece: “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

Para as cooperativas de crédito funcionar depende da prévia autorização do Banco Central do Brasil sendo necessário que, na primeira fase os interessados apresentem um projeto de viabilidade econômica para os três primeiros anos de funcionamento da cooperativa, após análise de aprovação deste projeto na fase seguinte os interessados deverão formalizar o pedido de autorização para o funcionamento acompanhado de cópia da ata da assembléia de constituição da cooperativa e do estatuto social.

Tudo deve estar em conformidade com a lei do cooperativismo (Lei 5764/71) e na lei do sistema financeiro (Lei 4595/64) e ainda no regulamento anexo a Resolução 3.321, de 30/05/2005, do conselho Monetário Nacional.

b) Tipos de Cooperativas de Crédito

As Cooperativas de Crédito brasileiras podem ser constituídas com o objetivo de atender os seguintes públicos (Resolução 3859/10):

Esses são alguns tipos de cooperativas de crédito que permeiam o sistema econômico.

a) Cooperativas de crédito mútuo de empregados: constituídas por empregados, servidores e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual, de uma ou mais pessoas jurídicas, públicas ou privadas,

definidas no estatuto, cujas atividades sejam afins, complementares ou correlatas, ou pertencentes a um mesmo conglomerado econômico;

b) Cooperativas de crédito mútuo de profissionais liberais: constituídas por pessoas que desenvolvam alguma profissão regulamentada, como advogados, médicos, contadores etc.; ou que atuem em atividade especializada, como pedreiros, eletricitas, padeiros etc.; ou ainda, pessoas cujas atividades tenham objetos semelhantes ou identificáveis por afinidade ou complementariedade, como é o caso de arquitetos e engenheiros; médicos e dentistas, entre outros;

c) Cooperativas de crédito rural: constituídas por pessoas que desenvolvam atividades agrícolas, pecuárias, extrativas ou de captura e transformação do pescado, desde que inseridas na área de atuação da cooperativa;

d) Cooperativas de crédito mútuo de empreendedores: constituídas por pequenos e microempresários que se dediquem a atividades de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, com receita bruta anual enquadrada nos limites de, no mínimo, R\$ 244.000,00 e, no máximo, R\$ 1.200.000,00. Limites estes fixados pelo art. 2º da Lei 9.841/99, para as empresas de pequeno porte. Neste tipo de cooperativa podem ser incluídas as atividades descritas para as cooperativas de crédito rural;

e) Cooperativas de crédito de livre admissão de associados: cujo quadro social é constituído e delimitado em função de área geográfica. Neste tipo de cooperativa, qualquer grupo de pessoas, desde que corresponda às exigências da Lei 5.764/71 (Lei das Cooperativas) e das normas regulamentares emanadas do Banco Central, pode formar uma cooperativa de crédito. Entre os anos 60 e 70 era proibida a criação desse tipo de cooperativa, elas só voltaram a ser plenamente admitidas em 2003, com a Resolução nº 3.106 do Banco Central. Veja a citação em: <
<http://www.cooperativismodecredito.com.br/Legislacao.php>> Acesso em 28 agosto 2010.

Podem existir, ainda, cooperativas de crédito de tipo misto, que desenvolvam

atividades inerentes a mais de uma das modalidades citadas. Decorrem, em sua maioria, de processos de fusão, incorporação e continuidade de funcionamento.

É admitida a constituição de mais de uma cooperativa de crédito na mesma área de ação, independentemente do seu tipo e desde que adotada denominação social diferenciada.

2.3. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O sistema financeiro nacional do Brasil é formado por um conjunto de instituições financeiras voltadas para a gestão da política monetária do governo federal. É composto por entidades supervisoras e por operadores que atuam no mercado nacional e orientado por três órgãos normativos, o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados.

De acordo com o art. 192 da Constituição Federal: "O sistema financeiro nacional, é estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram."

O sistema financeiro nacional está dividido em quatro mercados e três órgãos de regulação, normatização e fiscalização. Os mercados são: Monetário, de Crédito, de Capitais e de Cambio. Já o órgão normativo é o conselho monetário nacional que tem como principais atribuições:

- Normatizar a constituição e regulamentos das instituições financeiras;
- Estabelecer medidas de prevenção ou correção de desequilíbrios econômicos;
- Disciplinar todos os tipos de crédito;
- Estabelecer meta anual da inflação.

Órgão executivo é o Banco Central do Brasil criado em 1964 pela lei da reforma bancária (Lei 4595 de 31/12/1964); sua sede é em Brasília e possui representações regionais em outros estados. E tem como sua principal missão institucional assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e solidez do Sistema Financeiro Nacional. Tem como principais atribuições:

- Autorizar o funcionamento e fiscalizar as instituições financeiras;
- Emitir moedas;
- Controlar crédito e capitais estrangeiros;
- Executar a política monetária e cambial.

O órgão regulamentador é a Comissão de Valores Mobiliários que é responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país promovendo medidas incentivadoras para a canalização de poupança de investimentos ao mercado de capitais.

Suas principais atribuições são:

Promover medidas incentivadoras da canalização da poupança de mercados de capitais;

Estimular o funcionamento das bolsas e das instituições operadoras do mercado de capitais;

Proteger os investidores do mercado de capitais.

Esta é a formação do sistema financeiro Nacional onde as demais instituições financeiras, bancos de investimentos, múltiplos, cooperativas de crédito e demais órgãos estão subordinados a esses órgãos do sistema.

3. CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, descreve que as instituições financeiras captadoras de depósito à vista são constituídas de bancos múltiplos com carteira comercial, de bancos comerciais, pela Caixa Econômica Federal e por cooperativas de crédito (BACEN, 2011).

As cooperativas de crédito observam, além da legislação e normas do sistema financeiro, a Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Atuando tanto no setor rural quanto no urbano, as cooperativas de crédito podem se originar da associação de funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, de profissionais de determinado segmento, de empresários ou mesmo adotar a livre admissão de associados em uma área determinada de atuação, sob certas condições. Os eventuais lucros auferidos com suas operações - prestação de serviços e oferecimento de crédito aos cooperados - são repartidos entre os associados (BACEN, 2011).

As cooperativas de crédito devem adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "Cooperativa", vedada a utilização da palavra "Banco". Devem possuir o número mínimo de vinte cooperados e adequar sua área de ação às possibilidades de reunião,

controle, operações e prestações de serviços. Estão autorizadas a realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo somente de associados, de empréstimos, repasses e refinanciamentos de outras entidades financeiras, e de doações. Podem conceder crédito, somente a associados, por meio de desconto de títulos, empréstimos, financiamentos, e realizar aplicação de recursos no mercado financeiro (Resolução CMN 3.106, de 2003).

Entre as diversas instituições financeiras existentes, e de acordo com Cruzio p. 16 “as cooperativas se diferem das empresas comuns em muitos aspectos, isto porque tem características que lhe são próprias”. Logo abaixo o mesmo cita algumas delas:

- Permite o livre ingresso de pessoas, desde que o objetivo individual do interessado não conflite com os objetivos do grupo;
- Propiciam a variabilidade do capital social, representado por quotas-partes. Cada associado pode adquirir um número mínimo determinado de quotas-partes e a soma de todas as quotas-partes constitui o capital social da cooperativa;
- Possibilita ao associado se desligar a qualquer momento, desde que estejam em dia com suas obrigações para com a associação.
- Tornam indisponível as quotas partes para terceiros ou pessoas estranhas à cooperativa;
- Impedem a transferência de quotas-partes a terceiros, tornando-se bem da família do associado, mesmo no caso de este vir a falecer;
- Asseguram a cada associado o direito de votar nas reuniões da assembleia geral dos sócios, independente das condições econômicas políticas e sociais de cada um;
- Distribuem as sobras líquidas ou lucros líquidos do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelos associados, salvo decisão contrária da assembleia geral dos sócios;
- Constituem um fundo de reserva para cobrir possíveis perdas econômicas;
- Constitui um fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) destinado à educação dos seus associados e familiares. Veja a citação em: http://www.unicrednatal.com.br/site/webnova/pdf/estatuto_2010.pdf Acesso em 28 Agosto 2010.

3.1. Clientes da Cooperativa de Crédito

Segundo o estatuto social de uma das cooperativas de crédito de Natal/RN determina algumas exigências para o seu quadro de associados, listado abaixo a partir do seguinte artigo:

Art.3o. - O número de associados será ilimitado, mas não poderá ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4o. - Poderão associar-se á Cooperativa:

a) as pessoas físicas, que estejam na plenitude de sua capacidade civil, na sua área de ação, sejam:

1 - Profissionais de saúde de nível superior das seguintes categorias: Médicas (inclusive veterinárias), assistentes sociais, bioquímicas, biológicas, de enfermagem, farmacêuticas, fisioterapêuticas, fonoaudiológicas, odontológicas, psicológicas, de terapia ocupacional, de educação física;

2 – Membros do Poder Judiciário Federal e Estadual;

3 – Membros do Ministério Público Federal e Estadual;

4 - Membros da Procuradoria Geral Estadual e Municipal;

5 – Membros da Defensoria Pública Federal e Estadual;

6 – Membros dos demais órgãos jurídicos do RN;

7 – Servidores dos órgãos supracitados e possuidores de curso superior;

8 – Empregados da própria cooperativa, enquanto com ela mantenham vínculo empregatício;

9 – Pessoas físicas prestadoras de serviços de caráter não eventual a própria cooperativa;

10 – Aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios de associação;

11 - Pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filhos e dependente legal e pensionista de associado vivo ou falecido;

b) as pessoas jurídicas:

1 - Que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas associadas, e aquelas sem fins lucrativos, na forma estabelecida pela Lei;

2 – As Cooperativas singulares compostas por associados, exceto as de crédito.

Art. 5o. - Para associar-se, o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pela Cooperativa.

Parágrafo primeiro - Verificadas as declarações constantes na proposta de admissão e aprovadas pelo Conselho de Administração, o candidato subscreverá e integralizará quotas-partes, de acordo com o artigo 17, deste Estatuto, assinado o Livro ou Ficha de Matrícula.

Parágrafo segundo - Cumprido o que dispõe o parágrafo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume as obrigações decorrentes da lei e deste Estatuto.

Art. 6o. - Não poderão ingressar na Cooperativa e nem dela fazer parte as pessoas que exerçam qualquer atividade que contrarie ou colida com seus objetivos.

Art. 7o. - O associado tem direito a:

- a) Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando, os assuntos que nelas forem tratados, com as restrições do artigo 32;
- b) Propor ao Conselho de Administração e às Assembléias Gerais as medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- c) Efetuar, com a Cooperativa, as operações que forem programadas de acordo com este Estatuto, e as normas estabelecidas;
- d) Inspeccionar na sede social, em qualquer tempo, o Livro ou Ficha de Matrícula e nos 30 (trinta) dias que antecedem a realização da Assembléia Geral Ordinária, os balanços e demonstrativos da Conta de sobras e perdas dos semestres respectivos;
- e) Votar e ser votado para cargos sociais;
- f) Pedir a qualquer tempo a sua demissão.

Art. 8o. - O associado obriga-se a:

- a) Subscrever e integralizar as quotas-partes de capital, de acordo com o que determina este Estatuto;
- b) Satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a Cooperativa;
- c) Cumprir fielmente as disposições deste Estatuto, respeitando as deliberações regularmente tomadas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração;
- d) Zelar pelos interesses morais e materiais da Cooperativa;
- e) Ter sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum, ao qual não deve sobrepor o seu interesse individual;
- f) Cobrir sua parte nas perdas apuradas em balanço.

Art.9o. - O associado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscreveu, responsabilidade que só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa, perdurando essa responsabilidade, também, para demitidos, eliminados ou excluídos, até quando forem aprovadas pela Assembléia Geral as contas do exercício em que se deu a retirada.

Art. 10 - As obrigações do associado falecido, contraídas com a Cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como associado, em face de terceiros, passam aos herdeiros, até o limite das forças da herança e das quotas-partes subscritas, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

Art. 11 - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido por escrito.

Art. 12 - Além dos motivos de direito, o Conselho de Administração será obrigado a eliminar o associado que:

a) Venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial a Cooperativa.

b) Praticar atos que o desabone no conceito da Cooperativa;

c) Faltar reiteradamente ao cumprimento das obrigações assumidas com a Cooperativa ou causar-lhe prejuízo.

Art. 13 - A eliminação, em virtude da infração legal ou estatutária, será decidida em reunião do Conselho de Administração e o que a ocasionou, deverá constar de termo lavrado no Livro ou Ficha de Matrícula e assinado pelo Diretor Presidente.

Parágrafo primeiro - Cópia autêntica do termo de eliminação, será remetida ao associado, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da reunião em que ficou deliberada a eliminação.

Parágrafo segundo - O associado eliminado poderá interpor no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da cópia do termo de eliminação, recurso com efeito suspensivo, para a primeira Assembléia Geral que se realizar.

Art. 14 - A exclusão do associado será, por dissolução da Cooperativa, por incapacidade civil não suprida, por morte do próprio associado ou por perda do vínculo comum que lhe facultou ingressar na Cooperativa.

Art. 15 - A devolução do capital ao associado demitido, eliminado ou excluído, somente será feita após a aprovação, pela Assembléia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento, podendo ser parcelada em até 12 (doze) prestações mensais.

Parágrafo único - No caso de associado excluído por perda do vínculo que lhe faculte associar-se, poderá, a devolução do capital e o pagamento dos juros abonados, serem feitos no ato, desde que não haja previsão de perdas no semestre, a juízo do Conselho de Administração. Veja a citação em:

3.2. Empréstimos da Cooperativa de Crédito

A Cooperativa também poderá realizar operações passivas, acessórias, bem como prestação de serviços a não associados, porém a captação de depósitos à vista e a prazo, bem como as operações ativas serão realizadas exclusivamente com associados.

Existe o manual de crédito para disponibilizar a concessão de crédito para cada cooperado de acordo com a sua capacidade econômica financeira, ou seja, existem normas para concessão dos empréstimos, fixação de limites individuais, prazos, prioridades, garantias, etc. Que serão fixadas em regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Em geral as operações de empréstimos são sempre celebradas na forma escrita, mediante utilização de dois instrumentos jurídicos que são contratos e cédulas de crédito. Deve-se usar modelo específico padrão do sistema que contenha informações e cláusulas definidas em legislação vigente.

4. ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DA COOPERATIVA DE CRÉDITO

A gestão financeira de uma organização vem assumindo papéis e funções que são primordiais para o sucesso do investimento realizado e que orientam a tomada de decisões sobre a alocação de recursos e respectivas estratégias de gestão que são compatíveis com os objetivos propostos para o futuro da organização.

Nesse sentido, o presente capítulo descreve os resultados da gestão econômica e financeira da cooperativa de crédito estudada – Unicred Natal, cujos dados foram publicados no “Balanço Anual Unicred 2010” e referem-se às principais demonstrações financeiras, índices financeiros e de rentabilidade, no período de 2006 a 2010.

Esses resultados atendem aos objetivos propostos e que visam analisar a evolução econômica e financeira do cooperativismo de crédito em Natal-RN, mediante a avaliação dos indicadores que compõem a estrutura o conteúdo da análise fundamentalista e das demonstrações financeiras das organizações.

4.1. Principais Demonstrações Financeiras

Pode-se considerar que a análise contábil é uma arte, pois embora existam alguns cálculos razoavelmente formalizados, as metodologias de análises são diversificadas e apresentam parâmetros, variáveis e indicadores que orientam o conteúdo de diagnósticos e análises formuladas para os fins específicos.

Sendo assim, existem documentos que também são conhecidos como relatórios contábeis que permitem fomentar a contabilidade da empresa sendo. Esses relatórios são os seguintes: (a) Balanço patrimonial (BP); (b) Demonstração de resultados (DRE); (c) Demonstração de origens e aplicação de recursos (DOAR).

As demonstrações financeiras são os documentos que expõem de forma resumida e ordenada os dados colhidos e processados pela contabilidade e objetivam relatar aos usuários os principais fatos registrados em determinado período. O Balanço Patrimonial (BP) tem como objetivo mostrar a estrutura do patrimônio da empresa e está dividido entre aplicações de recursos e bens no Ativo e Origem de recursos mais obrigações no Passivo. Ou seja, é o conjunto de bens, direitos e obrigações. Segue abaixo o modelo:

a) BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Caixa	Fornecedores
Clientes	Empréstimos
Estoques	Provisão para IR
ARLP	PELP
Títulos a Receber	Financiamentos
Ativo Permanente	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Lucros Acumulados
Diferido	Total
Total	

Fonte: www.editoraferreira.com.br

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é uma demonstração contábil dinâmica que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido em um exercício, através do confronto das receitas, custos e despesas, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência. Este informe contábil serve para determinar o resultado (Lucro ou

Prejuízo) do exercício e tem como objetivo mostrar o resultado e fatores determinantes do período. Está dividido entre despesas que são os consumos de bens e serviços; saídas ou outros usos de ativos ou aumento de passivos originados pelas operações da empresa. E receitas que são os aumentos dos ativos ou diminuições de seus passivos que surgem também de operações realizadas pelas empresas. Segue abaixo modelo da DRE:

b) DRE

Receita bruta
(-) Deduções da receita bruta
(=) Receita líquida
(-) Custo operacional
(=) Lucro Bruto
(-) Despesas (+) Receitas operacionais
(=) Lucro operacional
(-) Despesas (+) Receitas não operacionais
(=) Lucro antes do imposto de renda
(-) Participações de terceiros no resultado
(=) Lucro líquido

Fonte: Apostila de análise fundamentalista e análise das demonstrações Financeiras. FARN, 2010 p.27

Demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) representa o fluxo de caixa real da empresa, este relatório permite conhecer a mudança no efetivo e ajudar a analisar o fluxo de caixa desde um ponto de vista financeiro. Apresenta o fluxo de fundos obtidos (originados) em um período específico de tempo e como esses fundos foram utilizados (aplicados) e explica as variações dos fundos de um exercício social para o outro.

É elaborado a partir da identificação clara das contas de ativo circulante e ativo não circulante (permanente) e passivo circulante, passivo não circulante (a longo prazo) e patrimônio líquido. Conforme modelo abaixo:

c) DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS – DOAR

1. Origens de Recursos
1.1 Das operações

1.1.1 Resultado líquido do exercício
1.1.2 Despesas de depreciação
1.1.3 Despesas e Amortização
1.1.4 Lucro na Venda de Bens
1.2 De terceiros
1.2.1 Redução do ativo realizável à longo prazo
1.2.2 Vendas de bens e direitos do ativo permanente
1.2.3 Aumento do Passivo exigível à longo prazo
1.3 Total das Origens
2. Aplicações
2.1 Aumento do ativo realizável à longo prazo
2.2 Aquisição de bens e direitos permanente
2.3 Redução do Passivo exigível à longo prazo
2.4 Total das aplicações
3. Variação do Capital Circulante Líquido

Fonte: Apostila de análise fundamentalista e análise das demonstrações Financeiras, Farn, 2010 p.28

4.2 Índices Financeiros

Os índices financeiros têm por objetivo estabelecer um “mapa de identidade” que permita um parecer rápido da situação financeira da empresa; simplifica a informação disponível e apresenta vantagem na facilidade de efetuar cálculo, automatização e análise das informações elaboradas e disponibilizadas para gerentes, técnicos e demais pessoas interessadas em avaliar o desempenho econômico e financeiro da empresa, segundo critérios específicos.

Vários são os índices que fazem parte da estrutura dos relatórios financeiros e que são objeto de estudo acadêmico e de formação profissional de contabilistas, gestores e demais técnicos do campo empresarial e que domina o conteúdo metodológico e programático da análise fundamentalista e das demonstrações financeiras. Normalmente, a análise fundamentalista descreve os seguintes índices das demonstrações financeiras: índice de liquidez seca; índice de liquidez corrente; índice de liquidez geral e índice de liquidez imediata.

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações. Sendo de grande importância para a administração da continuidade da empresa, as variações destes índices devem ser motivos de estudos para os gestores.

4.2.1 Índice de Liquidez seca

Similar a liquidez corrente a liquidez Seca exclui do cálculo os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos. O resultado deste índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cauteloso com relação ao estoque para a liquidação de obrigações.

$$\text{Liquidez Seca} = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$$

4.2.2 Índice de Liquidez Corrente

É calculado a partir da Razão entre os direitos à curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciado respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante.

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

4.2.3 Índice de Liquidez Geral

Este índice leva em consideração a situação à longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações à longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

$$\text{Liquidez Geral} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

4.2.4 Índice Liquidez Imediata

É um índice conservador e considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação a curto-prazo da empresa.

$$\text{Liquidez Imediata} = \text{Disponível} / \text{Passivo Circulante}$$

4.3 Índices de Rentabilidade

A decisão da gestão de uma organização sempre é orientada em informações obtidas de resultados anteriores e que indicam o desempenho atual para a formulação da gestão estratégica de períodos seguintes. Nesse sentido, os administradores se fundamentam em índices de liquidez e de rentabilidade, com base nos quais formulam propostas de planejamento a serem submetidas à apreciação gerencial, de associados e/ou investidores.

Os principais indicadores de rentabilidade são os seguintes (FARN, 2010):

- a. Índice de rentabilidade sobre o patrimônio (ROE), que é percentual do resultado líquido sobre o patrimônio líquido e que indica o montante gerado de riqueza com base no fundo próprio;
- b. Índice de rentabilidade sobre os investimentos (ROI). Esse indicador representa o percentual do resultado líquido e despesas financeiras sobre o total de recursos do passivo da empresa.

5. ANÁLISE ESTRATÉGICA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As decisões das empresas são normalmente tomadas com base em avaliação de desempenho das demonstrações financeiras, mediante a interpretação dos índices supra citados. Esses indicadores servem de referência para as diversas orientações dos dirigentes, no que se refere à distribuição de resultados apurados em exercícios anteriores; à realização de investimentos; à alocação de recursos; à definição da política de preços, controle de custos, gestão de receita e das diversas ações que fazem parte da rotina e condução da empresa.

5.1. Análise Socioeconômica

Pesquisa realizada em relatórios e documentos publicados por entidades cooperativas revela que atualmente existem as seguintes cooperativas de crédito em funcionamento no Brasil, destacando o setor em estudo do Rio Grande do Norte:

NOME DA COOPERATIVA CENTRAIS UNICRED	ESTADOS QUE ABRANGE
Unicred Central Santa Catarina	Santa Catarina
Unicred central Minas Gerais	Minas Gerais, Bahia* e Espírito Santo
Unicred Central São Paulo	São Paulo
Unicred Central Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Unicred Central Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Unicred Central Norte / Nordeste	Amapá, Pará, Maranhão, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí, Alagoas e Ceará
Unicred Central Brasil Central	Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Distrito Federal
Unicred Central Amazônia Ocidental	Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá
Unicred Central Paraná / Mato Grosso do Sul	Paraná e Mato Grosso do Sul
NÚMEROS DO SISTEMA COOPERATIVO NO BRASIL (2008)	Cooperativas 7.682 Associados 7.887.707 Participação no PIB 6% Empregados 254.556

Fonte: <http://www.unicred.com.br/cooperat/constitu/constitu.htm>

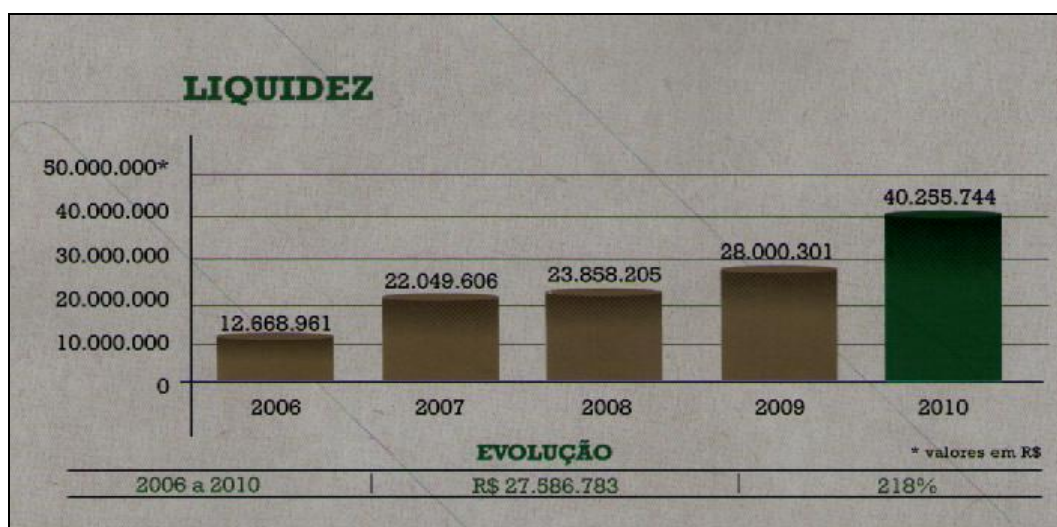
Atualmente no Rio Grande do Norte existem quatro que estão distribuídas da seguinte forma: Em Natal/RN: Unicred Natal (Cooperativa dos médicos e magistrados), Credsuper (Cooperativa dos professores) e Credicon (Cooperativa do comércio) e uma em Mossoró/RN.

Considerando as características das cooperativas que podem atuar tanto no setor rural quanto urbano, as quais são originadas de associações de funcionários de uma mesma

empresa ou de um grupo de empresas, bem como de profissionais de determinado segmento econômico, o presente texto mostra os aspectos econômicos e sociais apresentados pela cooperativa de crédito Unicred Natal.

a) Evolução da Liquidez

Descreveu-se no capítulo anterior que os índices de liquidez são indicadores adequados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa com fornecedores e demais obrigações necessárias ao funcionamento da empresa. Trata-se de informação de grande importância para a administração, considerando a sua eficácia em orientar a operacionalidade das atividades e da continuidade da empresa, ressaltando-se que as variações desses índices sinalizam orientações específicas ao regular desempenho da gestão financeira da empresa. Consta do gráfico abaixo as informações de liquidez da cooperativa de crédito em estudo e apurada, publicada em relatório do balanço anual de 2010 e referente ao período contábil de 2006 a 2010.



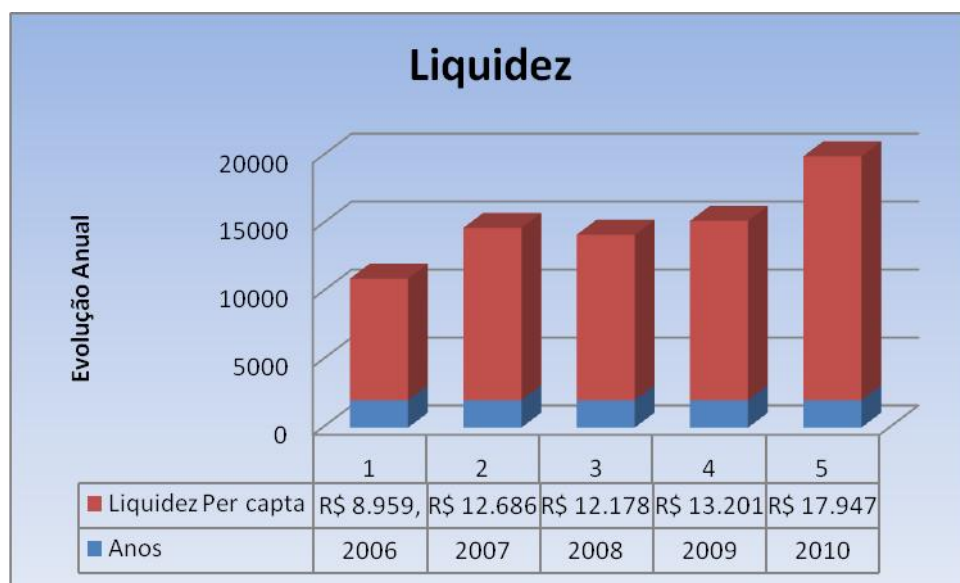
Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

No item liquidez esta cooperativa tem mostrado que ocorreu uma evolução que se segue ano após ano, pois a mesma através de seu planejamento estratégico, através da adoção do *Balanced score card*, consegue se antecipar às variações e tendências do mercado financeiro, fazendo com que o resultado seja alcançado, proporcionando tranquilidade e rentabilidade ao cooperado.

Com base nas informações contábeis e constantes do gráfico acima, elaborou-se alguns indicadores que revelam o crescimento *per capita* da referida liquidez, dividindo-se a liquidez

total pelo número de cooperados de cada ano. Os dados do gráfico abaixo mostram que a liquidez *per capita* apresentou crescimento de 103%, entre os anos de 2006 a 2010.

O gráfico abaixo mostra a evolução da liquidez *per capita*, em reais, apresentando evolução significativa de 103% no período analisado. Essa evolução foi resultante do crescimento da liquidez total, da ordem de 218%; enquanto a evolução de cooperados foi de 53% no referido período.



Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

A pesquisa indica que o bom desempenho da cooperativa é resultante da gestão estratégica adotada anualmente na instituição, que tem permitido a descentralização compatilhada e interrelacionáveis das ações de administração financeira, processos internos, aprendizado/crescimento e clientes. Percebe-se que os contextos econômicos vêm sendo favorável para que a liquidez se torne mais sólida, fazendo com que transmita confiança e afirme sua idoneidade financeira.

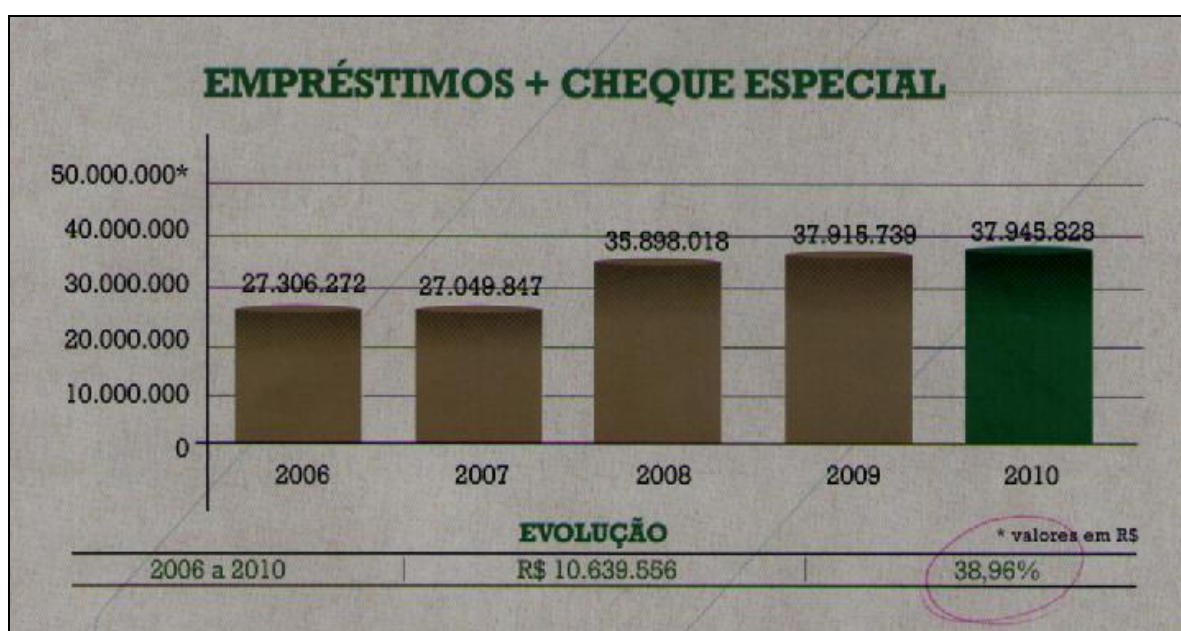
b) Evolução dos empréstimos concedidos

O cenário econômico que se apresenta no Estado do Rio Grande do Norte vem favorecendo a procura e aumento de empréstimos, juntamente com o cheque especial, tendo em vista que a taxa de juros praticada pelas cooperativas de crédito, na concessão de empréstimos, é bem atrativa se comparada às demais instituições financeiras.

O mercado se mantém aquecido nesse setor e a cooperativa de crédito vem ganhando espaço junto a seus cooperados, oferecendo além de uma melhor taxa de juros e

proporcionado algumas condições que favorecem sua clientela, tais como comodidade e agilidade no momento de satisfazer a necessidade do cooperado.

Observa-se que, de acordo com gráfico abaixo, houve o crescimento de 38,96% na de concessão de financiamento e empréstimo a clientes com cheques especiais, por parte da Unicred Natal, no período de 2006 a 2010. Tomando-se por base o modelo de autogestão e cogestão cooperativo, esses créditos e financiamentos foram demandados por seus sócios para atender às necessidades de consumo e de capital, de acordo com as necessidades específicas de cada cliente.

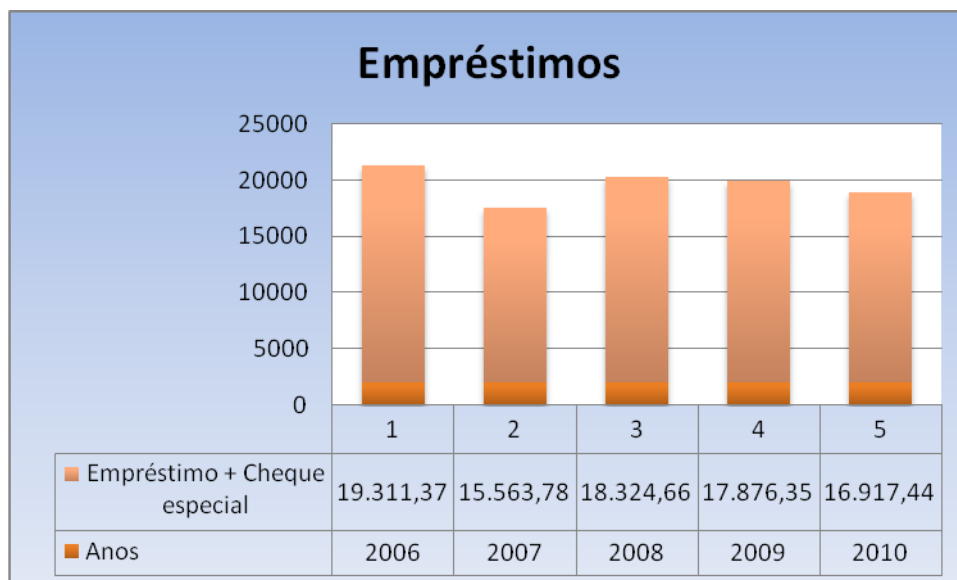


Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

No período estudado (2006 a 2010) a média anual é de aproximadamente 7,79% de acréscimo no valor concedido a cada ano.

Conforme gráfico abaixo os valores de crédito concedidos a cada sócio vêm apresentando variações anuais. No entanto, constata-se que o valor médio *per capita* apresenta-se em redução, cuja explicação é dada pelo aumento do número de cooperados superior ao respectivo valor monetário dos recursos concedidos sob a forma de cheque especial e financiamento em cada ano.

Esses dados não inviabilizam o mérito do desempenho da gestão econômica e financeira da cooperativa, mas ressaltam a forma crescente em que os cooperados demandam os serviços oferecidos pela instituição de crédito.



Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

A pesquisa indica que o desempenho da cooperativa resultou numa oscilação de valores, onde em 2006 apresentou seu maior desempenho e continuando sua performance de forma estratégica, buscando o objetivo de alcançar as metas estabelecidas como a ascensão em 2010; isso tem permitido novos processos, destacando-se a implantação de novos treinamentos e a ampliação no quadro de colaboradores motivados por novas ações. Percebe-se que o crescimento econômico e o aumento da renda vem sendo favorável para que a demanda de empréstimos se torne mais sólida, fazendo com que a segurança tranpareça e comprove o seu investimento em capacitar profissionais para a captação de clientes.

c) Evolução de depósitos

A conta de depósito à vista é o tipo mais usual de conta bancária. Nela, o dinheiro do depositante fica à sua disposição para ser sacado a qualquer momento. Já a conta de depósito a prazo é o tipo de conta onde o seu dinheiro só pode ser sacado depois de um prazo fixado por ocasião do depósito. Os depósitos a prazo são aplicações captadas pelo banco para investimento a prazo como os CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e os RDBs (Recibos de Depósitos Bancários). São depósitos que não têm disponibilidade imediata para saque, pois envolvem uma negociação de prazo para serem remunerados.

A conta de poupança é outra forma de aplicação financeira que foi criada para estimular a economia popular e permite a aplicação de pequenos valores que passam a gerar rendimentos mensalmente.

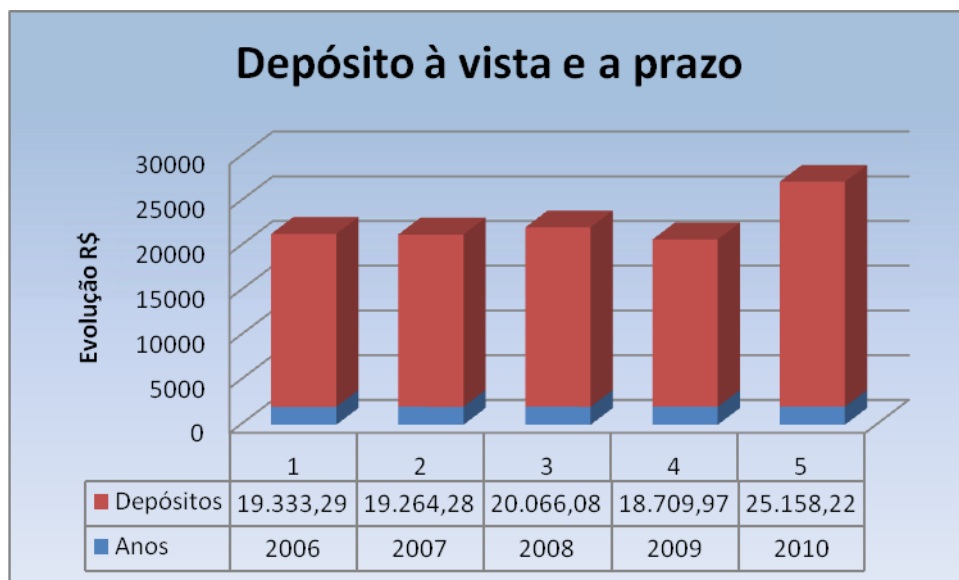
Os depósitos à vista em conta corrente não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados. Os depósitos até o limite de R\$ 70.000,00 por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor de Depósitos (FGD), o qual é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas filiadas à Unicred Central que aderiram o respectivo fundo.

No gráfico abaixo pode-se observar a evolução desses depósitos, tendo em vista que houve o crescimento de 106% no período compreendido entre 2006 a 2010, essa análise mais uma vez afirma a credibilidade alcançada pela empresa.



Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

A pesquisa realizada com base nos dados publicados apresenta uma evolução do crescimento *per capita*, que é de aproximadamente 21,2% nos anos de 2006 a 2010. Ou seja, existe uma margem significativa de depósitos que vêm sendo realizados, fazendo com que a cooperativa consiga atingir seus objetivos frente ao cenário econômico que, de certa forma, torna-se favorável às instituições financeiras. Apesar de oscilações nesse segmento, a cooperativa de crédito vem se mostrando sólida e transparente em relação à oferta e demanda ora demonstrado por seus cooperados. Conforme exibido no gráfico abaixo, os recursos depositados por cada sócio em 2006 eram de R\$ 19.333,29 e atingiram o montante médio *per capita* de R\$ 25.158,22 no ano de 2010, fruto da evolução do movimento financeiro dos referidos sócios e clientes do sistema cooperativo.



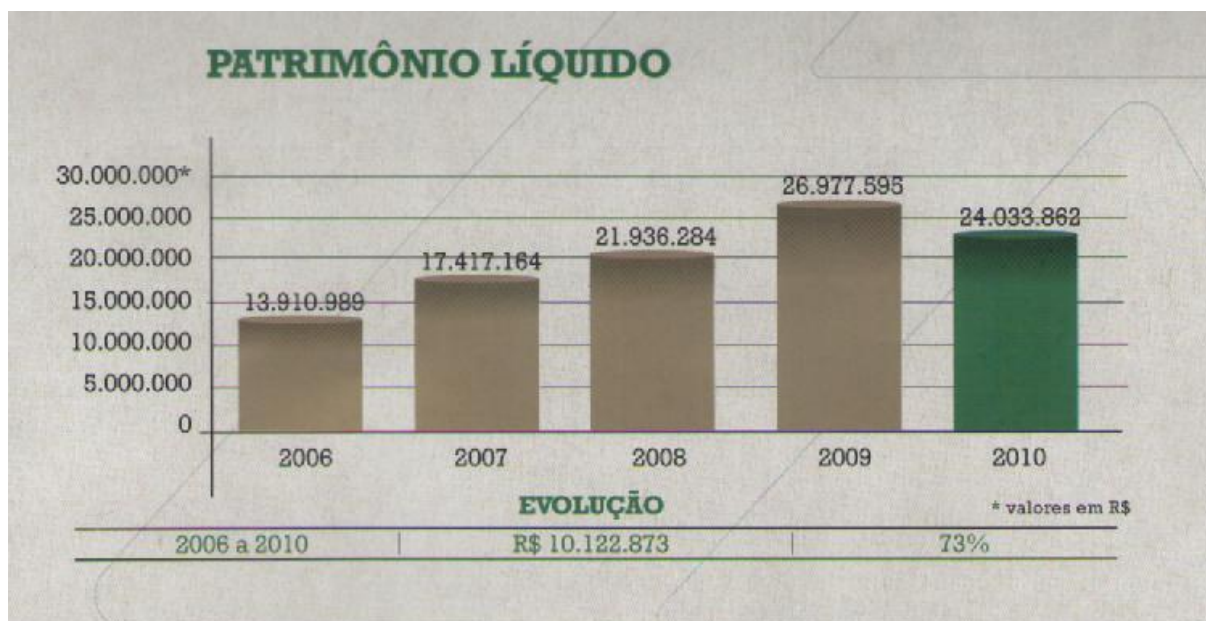
Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

Tomando por base os dados relatados, a presente pesquisa exprime o crescimento da demanda de acordo com a captação de novos cooperados, que faz com que este investimento se torne viável de maneira econômica e financeira, tanto para os sócios quanto para a instituição de crédito cooperativo ora estudada.

d) Patrimônio Líquido

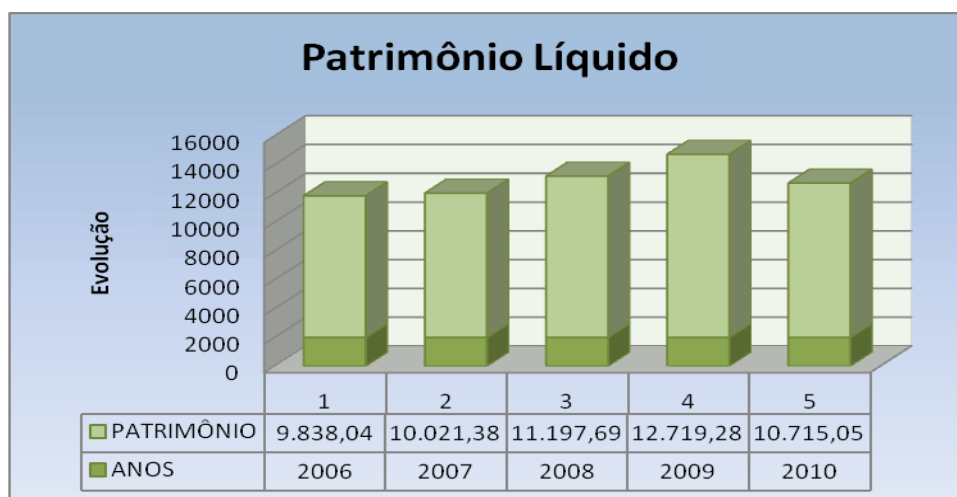
No balanço patrimonial encontram-se as principais contas do exercício e entre elas está o patrimônio líquido, que mede a saúde financeira da empresa onde, depois de apuradas todas as receitas e despesas do corrente exercício, apresenta com precisão o lucro ou prejuízo obtido para dar continuidade à distribuição das sobras e demais rateios.

No gráfico abaixo ora analisado percebe-se a evolução do patrimônio líquido, sendo que no último ano de 2009 para 2010 houve uma pequena oscilação e queda do orçamento patrimonial, devido a um pequeno fluxo de investidores terem migrado para outro seguimento ou mesmo por ter precisado dos recursos ora investidos. Informações obtidas junto aos gestores indicam que essa redução patrimonial não representa ameaça à estrutura da organização; apenas representa que, em valores monetários, ocorreu uma pequena perda contábil, resultante da aferição de rubricas constantes da metodologia do referido sistema. Conforme descrito anteriormente, esse patrimônio líquido representa os valores que os sócios têm na cooperativa um determinado momento.



Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

No cenário do cooperativismo, o patrimônio líquido de uma cooperativa se mostra sólido, pois com o seu perfil de investidor conservador consegue se manter no mercado de forma segura e confiante. Deve-se ressaltar que o ano de 2008 foi de crise para o capitalismo financeiro, cujos reflexos afetaram todas as organizações de crédito e, por extensão, o sistema cooperativo. E meditante esses acontecimentos, observa-se que o crescimento do patrimônio líquido *per capita* é de aproximadamente 14,6% nos anos de 2006 a 2010, cuja média está exibida no gráfico abaixo, quando em 2009 mostrou-se como ponto de maior elevação *per capita*, passando o sistema financeiro, como um todo, por crise em 2008 e cujos resultados poderiam ser comprometedores nos anos de 2009 a 2010.



Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

De acordo com o gráfico acima percebe-se um bom desempenho da cooperativa e faz-se necessário ressaltar a importância da boa gestão e cumprimento de metas, que faz com que o negócio da cooperativa se torne algo sólido e rentável, tomando por base uma administração estruturada na adoção do balanced score card. Os indicadores de desempenho contábil cada vez mais mostram o alto nível de solidez, segurança e sua idoneidade no âmbito econômico e financeiro.

e) Quadro de Cooperados

A prospecção foi realizada pela Unicred, com base em um estudo focado e voltado para a captação de clientes, o que fez com que a cooperativa de crédito investisse de forma arrojada em seus colaboradores, de maneira que as metas traçadas fossem alcançadas ao longo do ano.

Através de palestras, treinamentos e estudos os consultores podem não só atingir uma meta estabelecida; mais do que isso, ele se torna um parceiro do cooperado, um orientador financeiro que busca não só apenas vender, mas orientar o cliente de maneira correta a investir, quando necessário e de acordo com a sua capacidade física e financeira, gerando no cooperado a confiança do serviço oferecido e fidelidade do mesmo.

O gráfico abaixo mostra a evolução de cooperados conquistados ao longo desses últimos cinco anos e que é bastante significativa: passou de 1.414 sócios em 2006 para 2.243 no ano de 2010.

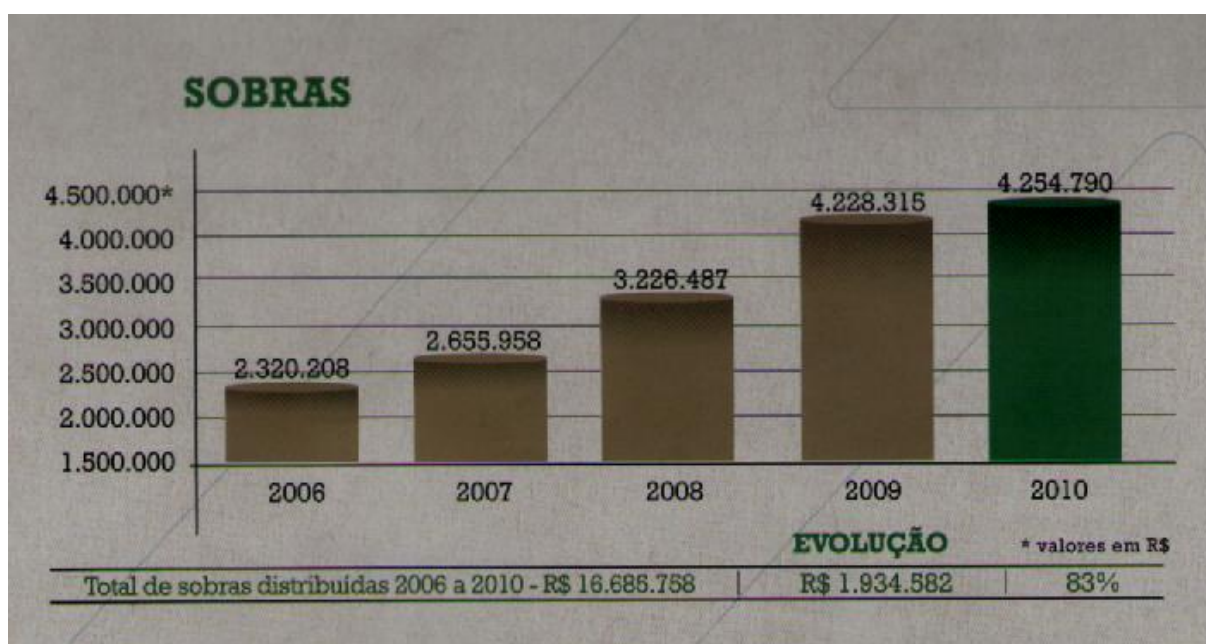


Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

O segmento do cooperativismo vem ganhando espaço no mercado, através de sua transparência e treinamento contínuo de seus consultores, em relação aos produtos e serviços de consultoria financeira disponibilizada a seus cooperados, fazendo com que o número de prospeções cresçam significativamente, tomando por base que a média do crescimento *per capita* de novos clientes é de aproximadamente 11,8% nos anos de 2006 a 2010. Na perspectiva do cliente que busca pela maximização dos resultados e do crescimento sustentável, a pesquisa confirma que os bons resultados são decorrentes da agilidade, eficiência e segurança que os consultores transferem aos sócios, a fim de facilitar e garantir a fluência dos negócios.

f) Sobras

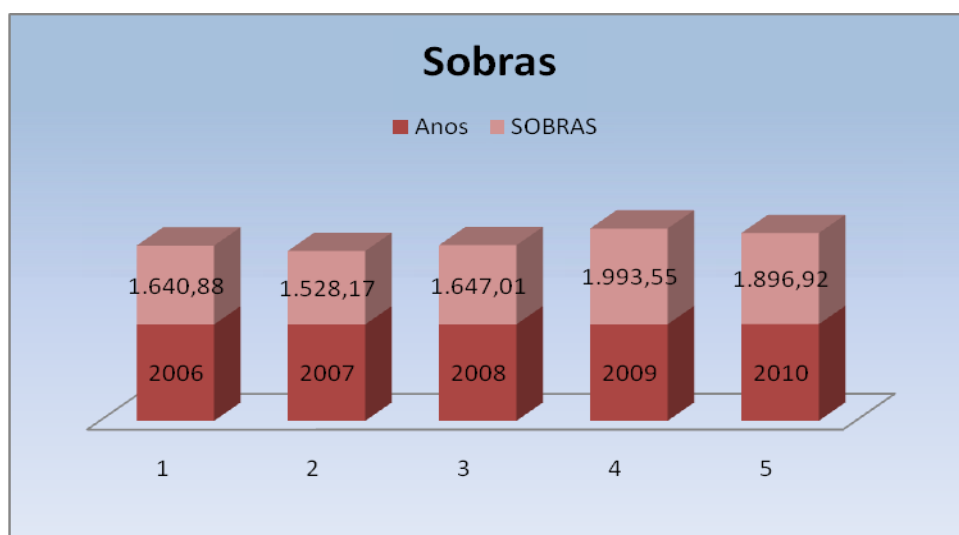
O conjunto de atividades envolvidas para o bom andamento financeiro da empresa contibuem para que, ao final do exercício e depois de apurados os resultados, sejam auferidos indicadores que podem ser positivos ou negativos; ou seja, podem ser distribuídas sobras, como poderá ser rateado o prejuízo (se for o caso) entre os cooperados. No caso da cooperativa em estudo, percebe-se claramente que sua contínua evolução vem apresentando um percentual de lucro cada vez maior; ou seja, os investimentos que a cooperativa tem feito, aliados à sua autogestão voltada para o desenvolvimento sustentável, fazem com que todos os cooperados passem a ser responsáveis pela missão institucional do bem comum e consigam atingir os resultados esperados.



Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

O estudo confirma que o crescimento de 83% das sobras foi de 83%, passando de R\$ 2.320.208,00 em 2006 para R\$ 4.254.790,00 em 2010, com a evolução de R\$ 1.934.582,00 no referido período e cujo valor monetário totalizou R\$ 16.785.758,00. Trata-se de considerável cifra que indica o bom desempenho econômico e financeiro do cooperativismo de crédito, cujas sobras são beneficiadas pelo modelo de autogestão da cooperativa, que faz com que ao final do exercício seja realizada a distribuição entre os cooperados, que atualmente vem sendo de um bom retorno junto aos investidores cooperados.

A esses dados representa a rentabilidade da cooperativa de crédito que, ao longo dos anos, vem se consolidando cada vez mais no mercado e neste segmento. Observa-se ainda que o crescimento *per capita* é de aproximadamente 16,6% nos anos de 2006 a 2010. Essa evolução, representada nos dados do gráfico abaixo confirma que, através da adoção do *Balanced Score Card*, o planejamento estratégico e seu modelo de gestão são fatores técnicos que torna mais rentável investir por meio de cooperativas de crédito.



Fonte: Balanço anual 2010. Disponível no sitio: www.unicrednatal.com.br

O gráfico acima apresenta um desempenho favorável tanto no mercado financeiro quanto para os cooperados que buscam a cooperativa para realizar negócios. O estudo descrito aqui confirma que é viável e torna-se uma boa opção escolher a cooperativa de crédito que mais uma vez comprova o trinômio agilidade, eficiência e segurança como fatores que vêm contribuindo para o fortalecimento do segmento no setor econômico financeiro. Destaca-se ainda que tais resultados decorrem do desempenho dos gestores em manter uma equipe de alto desempenho, contando com profissionais qualificados buscando a excelência e qualidade no atendimento. A equipe técnica preza por cada um de seus associados e vem buscando cada vez mais satisfazer as necessidades dos clientes e atingir seus objetivos estabelecidos.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise econômica e financeira de uma cooperativa de crédito apresenta resultados que confirmam o melhoramento dos seus indicadores socioeconômicos. Esses indicadores têm sido beneficiados pela viabilidade econômica que as cooperativas apresentam como fruto da união de várias categorias para aderirem ao sistema cooperativista. Observa-se ainda que o sucesso da cooperativa de crédito também é explicado pela prática do modelo de autogestão adotada pela mesma, que define um conjunto de objetivos e medidas tangíveis, alinhado com sua missão e visão de futuro.

Na perspectiva “financeira”, a busca será pela maximização dos resultados e um crescimento sustentável, seja elevando receitas ou controlando custos. No campo dos “processos internos”, o plano será continuar com o foco no cliente, observando o trinômio agilidade/ eficiência/ segurança, a fim de facilitar e garantir a fluência dos negócios. Atrair, desenvolver e manter talentos que conduzirão o direcionamento para o “aprendizado e crescimento”, estimulando o preparo da equipe e sua sintonia com os valores da cooperativa. Enfim, o vetor perspectivo “cliente” estabelece como fundamental a fidelidade do cooperado, referenciada sempre pela oferta de um atendimento de excelência, cuja percepção terá que ser clara e indiscutível e que vem a contribuir para a socialização de resultados na divisão de suas sobras.

A existência de legislação própria e leis específicas para o funcionamento da cooperativa de crédito e a correta regulação por parte do Sistema Financeiro Nacional constitui importante fator da cooperativa, cujo crescimento tem sido atribuído à expansão da demanda de seus serviços, por parte de seus associados e de outros segmentos da atividade econômica.

O estudo constante do presente texto analisa o desempenho econômico e financeiro de uma cooperativa de crédito que atua em Natal/RN. Especificamente, são avaliados os indicadores econômicos e patrimoniais de uma cooperativa de crédito, mediante a identificação dos diversos índices de liquidez e fatores determinantes do mesmo e que explicam a evolução econômica e financeira do cooperativismo em Natal.

Considerando que as cooperativas de crédito constituem associações de pessoas, sem fins lucrativos e que visam oferecer créditos e prestar serviços de natureza bancária a seus associados, de forma diferenciada e em condições de mercado favoráveis aos seus cooperados, os resultados do estudo confirmam que a forma de organização e de união dessas

entidades contribui para o sucesso dessas cooperativas, principalmente quando essa união está focada na obtenção do bem comum e na estabilidade financeira das mesmas. Conforme descreve o desempenho econômico financeiro da cooperativa de crédito, seus indicadores econômicos e patrimoniais e os diversos índices de liquidez e fatores determinantes da evolução econômica e financeira confirmam a viabilidade do cooperativismo financeiro em Natal/RN.

A fundamentação teórica e os modelos de análise utilizados na avaliação do desempenho da cooperativa confirmam que, no período de 2006 a 2010, registrou-se evolução de todos os indicadores de desempenho, tais como liquidez, empréstimo, depósitos, patrimônio e sobras. O quadro de sócios cresceu 58,6% no período, com uma taxa média de crescimento anual de 11,72% de novos sócios que a cada ano ingressam na Cooperativa estudada. As sobras *per capita*, que em 2006 foram de R\$ 1.640,88 e cresceram 15,6% até o ano de 2010; o patrimônio *per capita* cresceu 8,9%; a liquidez *per capita* duplicou no período e os empréstimos totais concedidos cresceram 39% no referido período analisado. O estudo conclui que o desempenho econômico e financeiro da cooperativa de crédito é positivo sob a ótica dos sócios e da instituição de crédito.

Recomenda-se o fortalecimento da gestão comunitária e participativa, a fim de que os resultados da cooperativa de crédito sejam fortalecidos e valorizados por seus sócios; e que os objetivos sociais previstos no estatuto sejam priorizados pela entidade. A socialização de resultados é necessária, considerando que os indicadores financeiros passam a ser meios de fortalecimento dos objetivos-fins da cooperativa, principalmente em contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e de suas atividades profissionais. Ressalta-se ainda a preocupação da cooperativa em contribuir para o crescimento econômico e para o bem estar da cidade de Natal e do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

ARAMAYO, Jesús L. Salazar. **Análise fundamentalista e Análise das demonstrações financeiras**. 9ª Ed. Natal: FARN, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BRVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005

RICCIARDI, Luis. LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa A empresa do século XXI: Como países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo, Ed. Ltr, 2000.

SOUSA, Rafael Bernadino de. **Cooperativas de Crédito: Do básico ao gerencial**. João Pessoa, Ed. Universitária, 2006.

VICTOR, Jurema Menezes Pessoa. **Análise das Demonstrações Contábeis de Empresas do Terceiro Setor: O Caso de uma Cooperativa de Saúde de Natal/RN**. Natal, Ed. FARN, 2008.

<http://www.ascoobcooperar.com.br/cooperativismo.php> Acesso em 24/08/2010 22:35

< <http://www.bcb.gov.br/> > Acesso em: 25/05/2011 23:08

<http://www.cooperativismodecredito.com.br/HistoriaCooperativismo.php> Acesso em 24/08/2010/ 23:25

http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/luciano_toq15.pdf Acesso em 17/05/2011 01:14

<<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei5764.htm>> Acesso em: 24/08/2010 00:34

http://www.unicrednatal.com.br/site/webnova/pdf/estatuto_2010.pdf> Acesso em 16/05/2011 23:45

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/indices-de-liquidez.htm> Acesso em 25/05/2011 22:15

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cooperativismo>> Acesso em 24/08/2010 23:25